



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024



Oxy Companhia Hipotecária S.A.

Demonstrações Financeiras
31 de dezembro de 2024

ÍNDICE

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO	4
RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	6
BALANÇOS PATRIMONIAIS	9
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO	10
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE	11
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	12
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO)	13
NOTAS EXPLICATIVAS	14

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados(as) Senhores(as),

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos as demonstrações financeiras relativas ao exercício de 2024.

Dentre os principais destaques em 2024, podemos citar: resultado de R\$ 4.711 mil, representando uma rentabilidade sobre o patrimônio líquido (ROE) de 12%; carteira de operações de crédito de R\$ 201.342 mil (2023 – R\$ 131.656 mil), e saldo de captações em Letras de Crédito Imobiliárias – LCI de R\$ 148.962 mil (2023 – R\$ 93.595 mil), com a continuidade do aumento significativo no número de clientes e parceiros.

Em agosto de 2024, a CHP deu um importante passo em sua trajetória ao lançar oficialmente a marca Oxy. A partir desse momento, a Companhia Hipotecária Piratini passou a ser conhecida como Oxy Companhia Hipotecária S.A. Embora a mudança de nome marque um novo ciclo, nosso propósito permanece o mesmo: facilitar o acesso ao crédito no Brasil, utilizando nossa experiência de décadas no segmento. Contudo, a inovação será um pilar constante de nossa atuação, com a busca incessante por soluções que atendam de forma mais eficiente e moderna às necessidades do mercado.

A Oxy segue comprometida com ações sociais e, em 2024, decidiu suspender temporariamente seus programas de incentivo à prática de atividades físicas entre seus colaboradores. Essa decisão foi tomada em razão dos severos eventos climáticos que impactaram o estado do Rio Grande do Sul, com enchentes que dificultaram a execução de diversas atividades planejadas, além de afetarem diretamente algumas comunidades locais. Em resposta a essa tragédia, promovemos diferentes iniciativas como atendimento especial aos clientes vítimas da enchente, implementação de uma campanha especial de empréstimo com imóvel em garantia com taxas a partir de 0,89% a.m. a clientes do Rio Grande do Sul, além de campanhas de arrecadação de doações e apoio financeiro e emocional aos colaboradores afetados direta ou indiretamente. A companhia continua monitorando a situação e, assim que possível, retomará essas ações, reforçando o compromisso com o bem-estar social e a promoção de um ambiente corporativo saudável e solidário.

Preocupada com a transparência e com o atendimento às melhores práticas de governança, a Oxy manteve seu canal de conduta ativo, permitindo que clientes, fornecedores e colaboradores reportem situações que não atendem aos nossos padrões éticos.

A Oxy continua a ser reconhecida como uma das melhores empresas para se trabalhar, sendo premiada em 2024 com o 3º lugar na categoria pequenas empresas no estado do Rio Grande do Sul pelo programa Great Place to Work (“GPTW”). Este reconhecimento reflete o ambiente colaborativo e o alto engajamento do nosso time, que segue motivado e comprometido em construir um futuro próspero para a companhia.

Em relação à estrutura de gerenciamento de riscos e controles internos, continuamos a investir na qualificação de nossa equipe e no aprimoramento de nossos processos. Em 31 de dezembro de 2024, a Oxy permaneceu dentro dos limites de capital exigidos, com um índice de Basileia de 26,69%.

Agradecemos a todos os clientes, parceiros, colaboradores e acionistas pelo apoio contínuo e pela confiança depositada, que têm sido fundamentais para o alcance dos resultados obtidos.

Porto Alegre, 18 de março de 2025.

DIRETORIA

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.

Av. Eng. Luiz Carlos Berrini, 105 -
12º andar Itaim Bibi, São Paulo (SP)
Brasil
T +55 11 3886-5100
www.grantthornton.com.br

Aos Acionistas e Administradores da
Oxy Companhia Hipotecária S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Oxy Companhia Hipotecária S.A. – Oxy (“Companhia” ou “Oxy”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Oxy Companhia Hipotecária S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa, para o semestre e exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 18 de março de 2025

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-025.583/O-1



Rafael Dominguez Barros
Contador CRC 1SP-208.108/O-1

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

	Notas	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
ATIVO			
Circulante		119.512	95.252
Disponibilidades	4	227	849
Instrumentos financeiros	-	104.660	74.285
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	68.149	48.500
Títulos e valores mobiliários	6	3.497	2.938
Operações de crédito	7	34.604	23.496
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	7	(1.590)	(649)
Ativos fiscais correntes	8	693	1.033
Outros créditos	9	13.932	19.085
Não circulante		162.873	106.163
Realizável a longo prazo	-	162.102	105.807
Instrumentos financeiros	-	162.102	105.807
Operações de crédito	7	166.738	108.160
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	7	(4.636)	(2.353)
Intangível	-	134	-
Imobilizado de uso	-	637	356
TOTAL ATIVO		282.385	201.415
PASSIVO			
Circulante		220.374	103.626
Instrumentos financeiros	-	126.132	32.913
Recursos de letras imobiliárias e hipotecárias	10	126.132	32.913
Obrigações fiscais	11	4.240	2.870
Outras obrigações	-	90.002	67.843
Sociais e estatutárias	12	3.738	3.095
Outras obrigações c/ pessoal	-	505	427
Diversas	13	85.759	64.321
Não circulante		22.830	60.682
Instrumentos financeiros	-	22.830	60.682
Recursos de letras imobiliárias e hipotecárias	10	22.830	60.682
Patrimônio líquido	14	39.181	37.107
Capital social		20.500	20.500
Reservas de lucros		18.681	16.607
TOTAL PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		282.385	201.415

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Semestre findo em 31 de dezembro de 2024 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto lucro líquido por ação)

	Notas	2º semestre	Dez/2024	Dez/2023
Receita da intermediação financeira		19.771	37.326	27.809
Receitas de operações de crédito	7	17.292	32.695	13.344
Receitas de aplicações interfinanceiras de liquidez	5	2.082	3.644	4.703
Receitas de títulos e valores mobiliários	6	395	786	4.194
Receitas de operações de venda ou transferência de ativos financeiros	7	2	201	5.568
Despesa da intermediação financeira		(10.272)	(20.334)	(6.832)
Despesas de captação	10	(6.211)	(11.999)	(4.981)
Despesas de obrigações por operações vinculadas à cessão	15	(4.061)	(8.335)	(1.851)
Resultado bruto da intermediação financeira		9.499	16.992	20.977
Provisão p/ perdas esperadas associadas ao risco de crédito	-	(3.590)	(3.574)	(932)
Reversão/(Provisão) para outros créditos diversos	-	-	16	3
Resultado da intermediação financeira		5.909	13.434	20.048
Outras receitas/(despesas) operacionais		(2.180)	(5.535)	(12.668)
Receitas de prestação de serviços	16	16.640	25.954	12.073
Despesas administrativas	17	(12.447)	(19.383)	(10.567)
Despesas com pessoal	18	(4.721)	(8.831)	(7.872)
Despesas tributárias	-	(2.100)	(3.530)	(2.258)
Outras receitas (despesas) operacionais	19	448	255	(4.044)
Resultado antes da tributação sobre o lucro		3.729	7.899	7.380
Imposto de renda e contribuição social		(1.629)	(3.188)	(1.820)
Imposto de renda e contribuição social	21	(1.629)	(3.188)	(1.820)
Resultado líquido		2.100	4.711	5.560
Quantidade de ações do capital social por lote de mil ações		7.500	7.500	7.500
Resultado por ação - R\$		0,28	0,63	0,74

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
Semestre findo em 31 de dezembro de 2024 e
exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

	<u>2º Semestre</u>	<u>Dezembro de 2024</u>	<u>Dezembro de 2023</u>
Resultado líquido	<u>2.100</u>	<u>4.711</u>	<u>5.560</u>
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente	<u>2.100</u>	<u>4.711</u>	<u>5.560</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Semestre findo em 31 de dezembro de 2024 e
exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

	Capital social		Reservas de lucros			Total
	Capital social	Aumento de capital	Reserva legal	Reserva estatutária	Lucros acumulados	
SALDOS EM 1º DE JANEIRO DE 2023 (REAPRESENTADO)	4.500	16.000	883	12.627	-	34.010
Aumento de capital	16.000	(16.000)	-	-	-	-
Lucro (prejuízo) do período	-	-	-	-	5.560	5.560
Destinação do resultado						
Reservas	-	-	278	2.819	(3.097)	-
Distribuição de juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	(2.463)	(2.463)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	20.500	-	1.161	15.446	-	37.107
SALDOS EM 1º DE JULHO DE 2024	20.500	-	1.292	17.926	-	39.718
Lucro (prejuízo) do período	-	-	-	-	2.100	2.100
Destinação do resultado:						
Reservas	-	-	105	(642)	537	-
Distribuição de juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	(2.637)	(2.637)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	20.500	-	1.397	17.284	-	39.181
SALDOS EM 1º DE JANEIRO DE 2024	20.500	-	1.161	15.446	-	37.107
Lucro (prejuízo) do período	-	-	-	-	4.711	4.711
Destinação do resultado:						
Reservas	-	-	236	1.838	(2.074)	-
Distribuição de juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	(2.637)	(2.637)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	20.500	-	1.397	17.284	-	39.181

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO)
Semestre findo em 31 de dezembro de 2024 e
exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

	<u>2º semestre</u>	<u>Dez/2024</u>	<u>Dez/2023</u>
ATIVIDADES OPERACIONAIS			
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO	3.729	7.899	7.380
AJUSTES DE RECONCILIAÇÃO ENTRE O LUCRO LÍQUIDO	3.659	3.691	1.028
Depreciação e amortização	69	133	99
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	3.590	3.574	932
Provisão para outros créditos diversos	-	(16)	(3)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO AJUSTADO	7.388	11.590	8.408
VARIAÇÃO DE ATIVOS E OBRIGAÇÕES	19.241	10.127	(46.057)
(Aumento)/redução em títulos e valores mobiliários	65	(559)	92.405
(Aumento)/redução em operações de crédito	(36.748)	(70.036)	(91.586)
(Aumento)/redução em ativos fiscais correntes	356	340	(243)
(Aumento)/redução em outros créditos	(5.149)	5.169	90.361
Aumento/(redução) em recursos de letras imobiliárias e hipotecárias	34.534	55.367	70.022
Aumento/(redução) em outras obrigações	29.874	21.664	(198.469)
Aumento/(redução) em obrigações fiscais	(1.390)	2.043	(5.866)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(2.301)	(3.861)	(2.681)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DE (APLICADO EM) ATIVIDADES OPERACIONAIS	26.629	21.717	(37.649)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Intangível	(138)	(138)	-
Aquisição de imobilizado de uso	(50)	(410)	(14)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DE (APLICADO EM) ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(188)	(548)	(14)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	-	(2.142)	(3.898)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DE (APLICADO EM) ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	(2.142)	(3.898)
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	26.441	19.027	(41.561)
Caixa e equivalente de caixa no início do semestre/exercício	41.935	49.349	90.910
Caixa e equivalente de caixa no final do semestre/exercício	68.376	68.376	49.349
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	26.441	19.027	(41.561)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS

Semestre findo em 31 de dezembro de 2024 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Oxy Companhia Hipotecária S.A. (“Oxy”) é uma instituição financeira com sede na Av. Plínio Brasil Milano, 567, sala 1001, Porto Alegre – RS, autorizada a operar com financiamentos para aquisição, construção e reforma de imóveis e empréstimos com garantia imobiliária (*home equity*).

No segundo semestre de 2024, a empresa alterou sua razão social para Oxy Companhia Hipotecária S.A., substituindo o nome anterior, Companhia Hipotecária Piratini (CHP). Esta mudança reflete o reposicionamento da companhia no mercado, mantendo seu compromisso com a inovação e a missão de facilitar o acesso ao crédito no Brasil.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1.) Base da preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis as instituições financeiras, em consonância com a Lei das Sociedades por Ações, normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (Bacen) e os pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) homologados pelo Bacen, sendo eles:

- a) Pronunciamento conceitual básico (R1) “Estrutura conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil – financeiro”, homologado pela Resolução CMN nº 4.924/2021;
- b) CPC 01 “Redução ao valor recuperável de ativos”, homologado pela Resolução CMN nº 4.924/2021”;
- c) CPC 02 “Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações financeiras”, regulamentada pela Resolução CMN nº 4.524/2016;
- d) CPC 03 “Demonstrações do fluxo de caixa”, homologado pela Resolução CMN nº 4.818/2020;
- e) CPC 04 “Ativo Intangível”, homologado pela Resolução CMN nº 4.534/2016;
- f) CPC 05 “Divulgação de partes relacionadas”, homologado pela Resolução CMN nº 4.818/2020;
- g) CPC 10 “Pagamento baseado em ações”, homologado pela Resolução CMN nº 3.989/2011;
- h) CPC 23 “Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro”, homologado pela Resolução CMN nº 4.924/2021;
- i) CPC 24 “Contabilização e divulgação de eventos subsequentes”, homologação pela Resolução CMN nº 4.818/2020;
- j) CPC 25 “Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes”, homologado pela Resolução CMN nº 3.823/2009;
- k) CPC 27 “Ativo imobilizado, homologado pelo BCB, através da Resolução CMN nº 4.535/2016;
- l) CPC 33 (R1) “Benefícios a Empregados”, homologado pela Resolução CMN nº 4.877/2020;
- m) CPC 41 “Resultado por Ação”, homologado pela Resolução CMN nº 4.818/2020;
- n) CPC 46 “Mensuração ao valor justo”, homologado pela Resolução CMN nº 4.924/2021; e
- o) CPC 47 “Receita de Contrato com Cliente”, homologado pela Resolução CMN nº 4.924/2021.

2.2) Apresentação das demonstrações financeiras

A Resolução BCB nº 2/2020 alterou a apresentação das demonstrações financeiras, criando novas nomenclaturas e grupamentos, dentre eles: instrumentos financeiros, provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, ativos e passivos fiscais e provisões. As contas passaram a ser apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade. Tais alterações não impactaram ao resultado ou ao patrimônio líquido, tampouco geraram impacto material à comparabilidade dos saldos. As demonstrações financeiras devem ser apresentadas comparativamente ao mesmo período do ano anterior, exceto quanto ao balanço patrimonial que deve ser comparado com o final do exercício anterior.

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia e foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3) Impactos estimados da aplicação da Resolução CMN nº 4.966/2021 e Resolução BCB nº 352/2023

As Resoluções CMN nº 4.966/2021 e BCB nº 352/2023, e suas alterações posteriores, estabeleceram os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) e os critérios de constituição da provisão para perdas associadas ao risco de crédito a serem adotados pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil a partir de 2025. Essas resoluções substituirão, principalmente, a Resolução CMN nº 2.682/99, que define a base de mensuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa das instituições financeiras e também as Circulares BCB nºs 3.068/01 e 3.082/03, aplicáveis aos títulos e aos valores mobiliários.

A Administração concluiu o plano de implementação para adequação a essas novas regulamentações, aplicável a partir de 1º de janeiro de 2025, que contemplou a identificação, classificação, reconhecimento dos instrumentos financeiros, e a metodologia para apuração da provisão para perdas esperadas, que pode ser assim resumido:

- a) **Classificação dos instrumentos financeiros:** os instrumentos financeiros são classificados como custo amortizado, com o objetivo de manter o recebimento ou pagamento do principal e juros sobre o valor do principal dos ativos e passivos financeiros nos respectivos fluxos de caixa contratuais previstos ou na data de eventual da cessão dos créditos. Não reclassificação dos ativos financeiros e tampouco impacto nas demonstrações financeiras.
- b) **Reconhecimento inicial e apropriação ao resultado dos instrumentos financeiros:** os instrumentos financeiros da Oxy são reconhecidos inicialmente na data de sua aquisição, originação ou emissão pelo preço de transação, apurado conforme regulamentação vigente, e acrescidos pela taxa efetiva de juros diferenciada, ou seja, no caso dos ativos financeiros, acrescidos os custos de transação atribuíveis individualmente à operação e deduzidos eventuais valores recebidos na aquisição ou originação do instrumento; e no caso dos passivos financeiros, deduzidos os custos de transação atribuíveis individualmente à operação e acrescidos eventuais valores recebidos na emissão do instrumento.

Os custos de transações atribuíveis e valores recebidos na aquisição ou originação são apropriados no resultado do exercício no prazo remanescente da operação. A adoção dos custos de transações atribuíveis é prospectiva, não havendo impacto nas demonstrações financeiras.

A receita dos ativos financeiros com problemas de recuperação de crédito (ativos problemáticos) será reconhecida pelo regime de caixa, voltando a ser reconhecida pela competência assim que esse ativo deixar de ser caracterizado como ativo problemático.

A Oxy optou por não remensurar as rendas advindas dos ativos financeiros que não atendam à condição de ativo problemático e que estavam em *stop accrual* em 31 de dezembro de 2024.

- c) Baixa dos instrumentos financeiros: os ativos e passivos deverão ser baixados quando os fluxos de caixas expirarem, ou quando for transferido e a transferência se qualificar para a baixa; ou quando não seja provável que se recupere o valor em virtude de perdas esperadas associadas ao risco de crédito.
- d) Critérios de constituição da provisão para perdas associadas ao risco de crédito: a Oxy adotará a metodologia simplificada para apuração da provisão para perdas esperadas, que é requerida para o segmento S4. O modelo simplificado segrega a provisão para ativos inadimplidos (ativos com atraso superior a 90 (noventa) dias e ativos problemáticos) e não inadimplidos, constituindo a perda incorrida e a perda esperada, respectivamente.

A base de cálculo da provisão será o valor contábil bruto dos ativos financeiros, ajustado pelos acréscimos de custos de transação atribuíveis individualmente à operação e deduções dos valores recebidos na originação do instrumento.

Para a determinação dos níveis de provisão das perdas incorridas e provisão adicional para as perdas esperadas associadas ao risco de crédito, a carteira ativa da Oxy se enquadra majoritariamente na categoria C1 (créditos garantidos por alienação fiduciária de imóveis).

O impacto da implementação da provisão pelos critérios estabelecidos pela Resolução nº. 352/23 gerará um aumento no patrimônio líquido de R\$ 1.001 sendo registrado em Janeiro de 2025 no conta de lucros acumulados, líquido dos efeitos tributários conforme demonstrado no quadro abaixo:

Conta	Resolução nº. 2682/99	Provisão Resolução nº. 352/23			Provisão total	Diferença
	Provisão total	Perda incorrida	Adicional perda esperada	Perda esperada		
Operações de crédito	6.226	1.871	3.477	-	5.348	878
Créditos e a liberar			163	-	163	(163)
Total	6.226	1.871	3.640	-	5.511	715
Efeito tributário						286
(=) Efeito no PL						1.001

As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração em 18 de março de 2025.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Disponibilidades

São representadas por caixa em moeda nacional e saldo em conta corrente bancária.

b) Caixa e equivalentes de caixa

São representados por disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

São registradas pelo custo de aquisição e acrescidas dos rendimentos auferidos *pro rate die*.

d) Títulos e valores mobiliários

Conforme estabelecido pela Circular nº 3.068/01 do Banco Central do Brasil (Bacen), os títulos e valores mobiliários são avaliados e classificados da seguinte forma:

Títulos para negociação: são adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;

Títulos disponíveis para venda: são aqueles que não se enquadram como para negociação ou como mantidos até o vencimento, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzido dos efeitos tributários; e

Títulos mantidos até o vencimento: são aqueles para os quais há a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

e) Operações de crédito e provisão para perdas associadas ao risco de crédito

As operações de crédito são classificadas de acordo com o estabelecido na Resolução CMN nº 2.682/1999 e alterações e baixadas para prejuízo após decorridos seis meses classificadas como nível "H".

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas, observadas as regras da Resolução nº 2.682/1999 do CMN, exceto quando houver amortização significativa das operações ou quando fatos novos relevantes justificarem a mudança do nível de risco.

f) Operações de venda ou transferência de ativos financeiros

De acordo com a Resolução CMN nº 3.533/08 e alterações posteriores, o registro contábil da baixa do ativo financeiro está relacionado à retenção substancial dos riscos e benefícios na operação de venda ou transferência, de acordo com as seguintes categorias:

- (i) Operações com transferência substancial dos riscos e benefícios;
- (ii) Operações com retenção substancial dos riscos e benefícios; e
- (iii) Operações sem transferência nem retenção substancial dos riscos e benefícios.

Nas operações da venda ou da transferência de ativos financeiros com transferência substancial dos riscos e benefícios, o ativo financeiro objeto de venda ou de transferência deve ser baixado do título contábil utilizado para registro da operação original, devendo o resultado positivo ou negativo apurado na negociação apropriado ao resultado do período de forma segregada.

g) Intangível

São registrados os sistemas de processamento de dados e sistemas de comunicação adquiridos pela Companhia. As amortizações foram calculadas pelo método linear com base na vida útil sendo aplicado o percentual de 20%.

h) Imobilizado

São representados por equipamentos de informática, móveis e equipamentos e instalações. As depreciações foram calculadas pelo método linear com base na vida útil dos bens sendo aplicado os seguintes percentuais: equipamentos de informática 20% e outras imobilizações 10%.

i) Recursos de letras imobiliárias e hipotecárias

São registrados pelo custo de aquisição e consideram os encargos exigíveis “*pro-rata die*”.

j) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

Os ativos e passivos contingentes e obrigações legais são registrados em conformidade com a Resolução nº 3.823/09, do Bacen que estabelece:

Ativos contingentes – Não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre os quais não cabem mais recursos;

Passivos contingentes – Provisionados quando classificados pelos assessores jurídicos como prováveis o risco de perda e saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança; divulgados em nota explicativa quando classificados como perdas possíveis, e aqueles classificados como perda remota não requerem provisão e divulgação.

k) Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda é constituída com base no lucro real, à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% ao que exceder a R\$ 240 mil no exercício fiscal. A provisão para contribuição social é calculada à alíquota de 15%.

l) Outros instrumentos financeiros e outros ativos e passivos

São demonstrados ao valor de custo de aquisição e, quando aplicável, acrescido dos rendimentos e das variações monetárias auferidos, calculados em base pro rata dia, incorridos até a data do balanço.

m) Apuração do resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrem, independente de recebimento ou pagamento.

n) Uso de estimativas e julgamentos

O uso de estimativas e julgamentos são utilizados e revisados pela administração para determinar os valores de alguns ativos, passivos, despesas e receitas, tais como provisões e depreciação. A realização desses valores pode ser divergente do estimado.

o) Resultados abrangentes

São considerados resultados não recorrentes os resultados que:

- (i) não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e
- (ii) não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

4. DISPONIBILIDADES

Se referem aos saldos em conta corrente bancária.

	<u>Dezembro de 2024</u>	<u>Dezembro de 2023</u>
Caixa	3	1
Bancos	224	848
Total	227	849

5. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

Se referem a operações compromissadas em títulos públicos com vencimento no dia seguinte e remuneradas a taxa média de 98,8% do CDI.

Lastro	<u>Dezembro de 2024</u>		<u>Dezembro de 2023</u>	
	<u>Quantidade</u>	<u>Saldo</u>	<u>Quantidade</u>	<u>Saldo</u>
Letra do Tesouro Nacional (LTN)	88.428	68.149	54.939	48.500

A receita de aplicações interfinanceira de liquidez atingiu R\$ 3.644 (dezembro de 2023 – R\$ 4.703).

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	<u>Dezembro de 2024</u>	<u>Dezembro de 2023</u>
Certificado de recebíveis imobiliários (b)	3.497	2.938
Total	3.497	2.938

- (a) Se refere a 2.988 quotas (dezembro de 2023 2.760 quotas) do CRI júnior, vencimento em janeiro de 2043, juros remuneratórios de 20% a.a. e atualização monetária pelo IPCA.

A receita de títulos e valores mobiliários atingiu R\$ 786 (dezembro de 2023 – R\$ 4.194).

7. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Refere-se a operações de financiamentos e empréstimos com garantia em imóveis que, em sua maioria, lastreiam as captações em Letras de Créditos Imobiliárias (LCI).

a) Resumo da carteira:

	<u>Dezembro de 2024</u>	<u>Dezembro de 2023</u>
Empréstimos	185.972	129.795
Financiamentos	15.370	1.861
Total	201.342	131.656
Circulante	34.604	23.496
Não circulante	166.738	108.160
Total	201.342	131.656

b) Composição da carteira por rating:

Nível de risco	% provisão	CARTEIRA		PROVISÃO	
		Dezembro de 2024	Dezembro de 2023	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
A	0,50%	108.647	63.089	(543)	(315)
B	1%	69.422	50.072	(695)	(501)
C	3%	11.876	10.485	(356)	(315)
D	10%	4.688	4.673	(469)	(467)
E	30%	2.070	2.009	(621)	(603)
F	50%	2.134	645	(1.068)	(323)
G	70%	102	683	(71)	(478)
H	100%	2.403	-	(2.403)	-
Total		201.342	131.656	(6.226)	(3.002)

c) Composição da carteira por faixa de vencimento:

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Vencidos	877	584
A vencer até 03 meses	9.138	6.227
A vencer entre 03 meses e 12 meses	24.589	16.685
A vencer entre 01 ano e 03 anos	55.460	36.312
A vencer entre 03 anos e 05 anos	35.517	25.267
A vencer a partir de 05 anos	75.761	46.581
Total	201.342	131.656

d) Movimentação das provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito:

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Saldos inicial	(3.002)	(2.227)
Transferência para prejuízo	349	157
Constituição	(3.573)	(932)
Saldos final	(6.226)	(3.002)

No exercício de 2024, a Oxy concedeu R\$ 2.112 mil em financiamentos e créditos a pessoas físicas e jurídicas (2023 – R\$ 1.535 mil).

A Oxy realizou operações de cessões de crédito que totalizaram R\$ 2.017 mil (2023 – R\$ 1.435 mil), todas sem coobrigação, ou seja, com transferência dos riscos e benefícios, para instituições financeiras, Securitizadoras, Fundos de Direitos Creditórios e Fundos de Investimentos Imobiliários, gerando uma receita em 2024 de R\$ 201 (2023 – R\$ 5.568).

Foi baixado para prejuízo o crédito de R\$ 349 (2023 - R\$ 157).

Em 2024, foi recuperado crédito lançado anteriormente a prejuízo no montante de R\$157 registrados em receitas da intermediação financeira de operações de crédito.

A receita de operações de crédito atingiu R\$ 32.695 (dezembro de 2023 – R\$ 13.344).

8. ATIVOS FISCAIS CORRENTES

	<u>Dezembro de 2024</u>	<u>Dezembro de 2023</u>
IR e CS a compensar	673	1.029
Impostos retidos a compensar	20	4
Total	693	1.033

9. OUTROS CRÉDITOS

	<u>Dezembro de 2024</u>	<u>Dezembro de 2023</u>
Devedores por cessões de crédito (*)	12.214	18.129
Devedores por serviços prestados	168	-
Outros créditos	1.550	956
Total	13.932	19.085

(*) Se refere a valores a receber das operações de cessão de crédito.

10. RECURSOS DE LETRAS IMOBILIÁRIAS E HIPOTECÁRIAS

Se refere a letras de crédito imobiliárias lastreadas por operações de crédito, com remuneração média de: 92,81% CDI; 5,21% ao ano, acrescida do IPCA.

	<u>Dezembro de 2024</u>	<u>Dezembro de 2023</u>
A vencer até 03 meses	33.027	6.550
A vencer entre 03 meses e 12 meses	93.105	26.363
A vencer entre 01 ano e 02 anos	16.338	57.972
A vencer entre 02 anos e 03 anos	6.492	2.710
A vencer acima 03 anos	-	-
Total	148.962	93.595
Curto prazo	126.132	32.913
Longo prazo	22.830	60.682
Total	148.962	93.595

As despesas de captação totalizaram R\$ 11.999 (dezembro de 2023 – R\$ 4.981).

11. OBRIGAÇÕES FISCAIS

	<u>Dezembro de 2024</u>	<u>Dezembro de 2023</u>
PIS e Cofins a recolher	223	166
IOF a recolher (*)	2.952	1.964
Impostos e contribuições sobre serviços de terceiros	664	454
Impostos e contribuições sobre salários	247	219
Outros impostos	154	67
Total	4.240	2.870

(*) Se refere ao saldo de IOF a recolher sobre as operações de crédito.

12. SOCIAIS E ESTATUTÁRIAS

	<u>Dezembro de 2024</u>	<u>Dezembro de 2023</u>
Dividendos e juros sobre o capital próprio (*)	2.293	2.142
Participações no resultado	1.445	953
Total	3.738	3.095

(*) Foi aprovada na reunião do conselho de administração de 19 de dezembro de 2024 a distribuição de juros sobre o capital próprio no montante de R\$ 2.293, líquido de imposto de renda na fonte.

13. DIVERSAS

	<u>Dezembro de 2024</u>	<u>Dezembro de 2023</u>
Recursos a liberar de operações de crédito e adiantamento de registro (*)	77.952	56.841
Fornecedores	6.042	4.728
Outros	1.765	2.752
Total	85.759	64.321

(*) Refere-se aos recursos das operações de crédito que serão liberados quando do registro da garantia.

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social é de R\$ 20.500 (2023 – R\$ 20.500), representado por 4.500.000 (2023 – 4.500.000) ações ordinárias nominativas e 3.000.000 (2023 – 3.000.000) ações preferenciais nominativas, sem valor nominal, integralmente subscritas e integralizadas.

b) Reservas

A reserva legal é constituída à base de 5% sobre o lucro líquido do exercício, limitada a 20% do capital social, podendo deixar de ser constituída quando acrescida das reservas de capital exceder a 30% do capital social.

c) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Na reunião do conselho de administração de 19 de dezembro de 2024 foi aprovada a distribuição de juros sobre o capital próprio referente ao exercício de 2024 no montante de R\$ 2.293, líquido de imposto de renda na fonte.

15. DESPESAS DE OBRIGAÇÕES POR OPERAÇÕES VINCULADAS À CESSÃO

Se refere a despesas decorrentes de operações de Compromisso de compra de operações de crédito firmado com partes relacionadas.

16. RECEITA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Se refere a receita de tarifas, serviços de cobrança extrajudicial de agente fiduciário e receita de intermediação de operações de crédito.

	<u>2º Semestre</u>	<u>Dezembro de 2024</u>	<u>Dezembro de 2023</u>
Tarifas	14.524	22.071	8.848
Outros serviços	2.116	3.883	3.225
Total	16.640	25.954	12.073

17. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	<u>2º Semestre</u>	<u>Dezembro de 2024</u>	<u>Dezembro de 2023</u>
Despesas com estrutura	179	422	280
Despesas com comunicação	112	191	127
Despesas com TI	709	1.386	1.523
Despesas com comissões	10.234	15.297	6.481
Assessoria técnica	441	852	975
Outras despesas	772	1.235	1.181
Total	12.447	19.383	10.567

18. DESPESAS COM PESSOAL

Contemplam as despesas com salários, benefícios e encargos necessárias à manutenção da atividade da Companhia.

19. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

Refere-se, basicamente, a atualização monetária calculada sobre as liberações das operações de crédito.

20. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

Em 31 de dezembro de 2024, a Oxy faz parte de 25 (vinte e cinco) processos cíveis no valor de R\$ 4.303 (31 em dezembro de 2023, correspondente a R\$ 4.199), que segundo a avaliação de nossos advogados, são classificados como chances de perda possível.

21. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	<u>2º semestre</u>	<u>Dezembro de 2024</u>	<u>Dezembro de 2023</u>
Resultado antes do IR e CS	3.729	7.899	7.380
Juros sobre o capital próprio	(2.637)	(2.637)	(2.463)
Benefício dos gastos com pesquisa e inovação tecnológica - Lei nº 11.196/05	(377)	(377)	(432)
Adições e exclusões permanentes	(98)	(98)	(89)
Adições e exclusões temporárias	3.547	3.365	285
Base lucro real	4.164	8.152	4.681
IR e CS (40%)	(1.654)	(3.237)	(1.848)
Majoração da CS (5%)	-	-	-
PAT	25	49	28
Total de IR e CS	(1.629)	(3.188)	(1.820)

22. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

	<u>2º Semestre</u>	<u>Dezembro de 2024</u>	<u>Dezembro de 2023</u>
Remuneração	841	1.584	1.439
Encargos	209	1.003	393
Total	1.050	2.587	1.832

23. PARTES RELACIONADAS

	Ativo (passivo)		Receita (despesa)	
	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Outros créditos (a)	4.503	15.159	-	-
Diversas (b)	(4.545)	(3.824)	-	-
Ressarcimento de despesas (c)	257	-	-	-
Receita operações de venda ou transferência de ativos financeiros (d)	-	-	-	4.413
Despesas de obrigações por operações vinculadas à cessão (e)	-	-	(8.335)	(1.851)
Receita de prestação de serviços	32	-	413	593
Despesas com comissões (b)	-	-	(11.945)	(4.144)
Outras despesas (f)	-	-	(42)	(2.264)

(a) Se refere ao saldo das cessões de créditos a receber da Cashme Soluções Financeiras S.A.

(b) Se refere ao saldo e as despesas com comissões relativas as atividades de correspondente bancário da Companhia Promotora UCI, Cashme Soluções Financeiras S.A., Creditas Soluções Financeiras Ltda e Pac Contact Center – Serviços de Call Center Ltda.

(c) Se refere ao ressarcimento de despesas da Companhia Promotora UCI, Cashme Soluções Financeiras S.A. e Creditas Soluções Financeiras Ltda.

(d) Se refere ao spread das operações de cessões de créditos realizadas com a Cashme Soluções Financeiras S.A. e Creditas Soluções Financeiras Ltda.

(e) Se refere a despesas relativas a operações de compromisso de compra de operações de crédito com a Creditas Soluções Financeiras Ltda.

(f) Se refere a repasse de rentabilidade de adiantamento recebido a Cashme Soluções Financeiras S.A.

24. GERENCIAMENTO DE RISCOS E ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DE RISCO DE CAPITAL

a) Gestão integrada de riscos: em atendimento à Resolução nº 4.557/17 do Conselho Monetário Nacional, a Oxy estabeleceu uma estrutura de Gestão Integrada de Riscos responsável pela identificação, pela avaliação, pelo monitoramento, pelo controle e pela mitigação dos riscos da Companhia. Esta estrutura prevê avaliações periódicas nos processos e controles, tratando-os de maneira adequada a sua mitigação. Os principais riscos inerentes ao negócio da companhia são:

- Risco de crédito: a possibilidade de ocorrência de perdas associadas a não cumprimento pela contraparte de suas obrigações nos termos pactuados; desvalorização, redução de remunerações e ganhos esperados em instrumento financeiro decorrentes da deterioração da qualidade creditícia da contraparte, do interveniente ou do instrumento mitigador; reestruturação de instrumentos financeiros;
- Risco de mercado da carteira de negociação: a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela instituição através de variação das taxas de juros e dos preços de ações, variação cambial e dos preços de mercadorias;
- Risco de variação da carteira de não negociação: risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da instituição financeira dos instrumentos que a Companhia vai manter até a liquidação;

- Risco Operacional: a possibilidade da ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas; e
 - Risco de liquidez: a possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e a possibilidade de a instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.
- b) Gerenciamento de Capital: A estrutura para gerenciamento de capital da Instituição está definida com base na Resolução nº 4.557/17 do Conselho Monetário Nacional e prevê procedimentos para apuração do Patrimônio de Referência, índice de Basileia, limites mínimos, elaboração de plano de capital considerando as projeções e métricas orçamentárias dos próximos 03 (três) anos e testes de estresse, com 03 (três) cenários para premissas adversas.

A Companhia tem cumprido com os requisitos de capital previstos na regulamentação em vigor.

Limite operacional (Basileia): As Resoluções CMN nºs 4.955/21 e 4.958/21 estabeleceram os critérios e procedimentos para apuração dos requerimentos mínimos do Patrimônio de Referência ("PR"), do Nível I, do Capital Principal e do Adicional de Capital Principal, os quais apresentamos adiante.

	<u>Dezembro de 2024</u>	<u>Dezembro de 2023</u>
Patrimônio de referência (níveis I e II)	39.047	37.107
RWACPAD (parcela de risco de crédito)	83.458	57.229
RWAOPAD (parcela de risco operacional)	62.827	51.460
Índice de Basileia	26,69%	34,14%

25. EVENTOS SUBSEQUENTES

Subsequente ao fechamento das demonstrações financeiras, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 2.3, em conformidade com as Resoluções CMN nºs 4.966/2021 e BCB 352/2023, e suas alterações posteriores, houve impacto no patrimônio líquido da Companhia, equivalente a 3%, em função da implementação da provisão conforme os critérios estabelecidos pela Resolução BCB nº 352/23. Esse ajuste reflete a aplicação das novas exigências regulatórias, as quais influenciaram positivamente a posição financeira da Companhia.

* * *